

## **"Respeitem nossas famílias": disputas morais e emocionais durante audiência de votação do Projeto de Lei 54/2021<sup>1</sup>**

Maria Alice Magalhães da Silva Batista

UFMG/Brasil

Gênero; emoções; movimento LGBTQIA+

O presente texto é um relato etnográfico, parte de minha dissertação de mestrado em Antropologia, defendida em fevereiro de 2024. Minha pesquisa foi construída a partir do acompanhamento etnográfico de eventos durante 2022 e 2023, nos quais estavam presentes integrantes do coletivo mineiro Mães pela Liberdade.

O Mães pela Liberdade é um coletivo criado em meados de 2020, fruto da cisão de membros anteriormente pertencentes à associação nacional Mães pela Diversidade<sup>2</sup>. Formado por familiares – majoritariamente Mães – de LGBTQIA+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexuais, assexuais e demais minorias de gênero e sexualidade), o coletivo é circunscrito ao estado de Minas Gerais, apresentando núcleos em uma série de cidades e polos de atuação concentrados em algumas delas, especialmente em Belo Horizonte (contexto geográfico em que se deu minha pesquisa) e Juiz de Fora. As suas principais formas de atuação envolvem: acolhimentos de familiares de LGBTQIA+; formação das integrantes e ocupação de espaços. De forma resumida, os acolhimentos consistem em sessões de conversa, virtuais ou presenciais, com familiares de pessoas LGBTQIA+ que as tenham procurado por estarem vivendo conflitos e dificuldades relacionadas à identidade de gênero e/ou orientação sexual de uma/um/ume filha/o/e. A formação diz respeito ao processo de aprendizado quanto a questões de gênero e sexualidade, ensejado no coletivo através de indicações de leitura, rodas de conversa, palestras etc. A ocupação de espaços consiste no se fazer presente em eventos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

<sup>2</sup> Mães pela Diversidade é uma associação de mães e pais de pessoas LGBTQIA+, formada em 2014 no estado de São Paulo, e que hoje apresenta núcleos em quase todos os estados brasileiros, estando presente, também, no mundo virtual através das redes sociais. Ainda que não seja o primeiro grupo de familiares de pessoas LGBTQIA+ criado no contexto brasileiro, foi o primeiro a angariar maior notabilidade e adesão nacional. Nos anos seguintes à sua fundação, uma série de coletivos/associações similares foram fundados ao redor do país, muitos sendo, inclusive, dissidências do Mães pela Diversidade. Em Minas Gerais, o núcleo foi fundado em 2017 e dissolvido em 2020, devido a algumas discordâncias entre as Mães mineiras e a diretoria da associação em relação ao modo como desejavam atuar, especialmente em relação a qual deveria ser o posicionamento do grupo em relação à política brasileira.

nos quais questões e discussões sobre diversidade sexual e de gênero compareçam, incluindo desde eventos de confraternização e festividade a atos de protesto e pressão política a atores estatais.

Conheci o coletivo ainda durante minha graduação em Ciências Sociais, tendo construído meu trabalho de conclusão de curso a partir de entrevistas com quatro Mães, entre o final de 2020 e o início de 2021. À época, minha questão de pesquisa girava em torno do engajamento político dessas mulheres e das transformações em suas subjetividades e relações familiares vivenciadas nesse processo. Meu argumento foi o de que a atuação no Mães pela Liberdade implicava em rearranjos e reelaborações em suas visões de mundo e posicionamentos (Batista, 2021). No mestrado, iniciado em 2022, minha questão de pesquisa se voltou para a atuação política das Mães, e o argumento construído foi o de que essa atuação era permeada por categorias emocionais, mobilizadas enquanto uma linguagem política com potencial de criar efeitos no cenário de políticas sexuais contemporâneo. Adicionado a isso, sugeri em minha dissertação (Batista, 2024), que as disputas atualmente travadas em torno de questões de gênero e sexualidade envolvem disputas discursivas, morais e emocionais. Nesse processo, algumas categorias são acionadas tanto por setores contrários quanto por setores a favor dos direitos LGBTQIA+, como será demonstrado a seguir.

O relato aqui exposto diz respeito ao acompanhamento, em abril de 2023, da audiência pública de votação do Projeto de Lei municipal 54/2021, que “garante aos estudantes do município de Belo Horizonte o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino”<sup>3</sup>, e que na prática buscava impedir a utilização de linguagem neutra nas escolas da capital. O projeto foi proposto em 2021 pelo, à época, vereador do Partido Liberal (PL), Nikolas Ferreira, e seguiu em tramitação até abril de 2023, quando foi votado na Câmara Municipal. Após uma longa e tensa votação, o projeto foi aprovado por 32 votos favoráveis e 6 contrários. Posteriormente, o prefeito da cidade vetou a legislação, utilizando como argumento a decisão do STF, que determinava a inconstitucionalidade de textos semelhantes. O veto, por sua vez, foi derrubado em votação na Câmara Municipal, tendo sido promulgada a

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11581/2023>

Lei nº 11.581, em agosto de 2023. Em maio de 2024, foi noticiado que a lei seria julgada pelo STF, dada a sua inconstitucionalidade.<sup>4</sup>

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2021, projetos que propunham a proibição da linguagem neutra em escolas, processos seletivos e órgãos públicos tramitaram ao redor do país, tendo alguns sido aprovados. Em uma matéria veiculada em fevereiro de 2023 pelo portal de notícias G1, uma relação mostrava a existência de legislações semelhantes nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rondônia e nas cidades de Manaus e Porto Alegre, assim como tramitações em oito estados e seis capitais do país<sup>5</sup>. Em fevereiro de 2023, o STF derrubou a lei de Rondônia, considerada inconstitucional, na medida em que normas de ensino seriam da alçada da União, e não de competência estadual.

Acompanhei presencialmente a primeira votação do projeto belorizontino na presença de algumas Mães, tendo acompanhado o restante da tramitação do PL a partir de notícias veiculadas em jornais da cidade. Como me relatou Teresa, uma mulher de pouco mais de sessenta anos, branca, aposentada, integrante do coletivo desde 2018 e mãe de uma filha lésbica adulta, a intenção das integrantes era a de ir fazer pressão política para que os/as vereadores/as votassem contra o projeto. A votação estava marcada para começar às 9 horas da manhã do dia 24 de abril de 2023. Cheguei um pouco antes, e, ao entrar no saguão da Câmara, avistei Luzia, uma outra Mãe com aproximadamente sessenta anos, aposentada, branca, mãe de uma filha trans e lésbica adulta. Me aproximei dela e começamos a conversar sobre amenidades de nosso cotidiano enquanto esperávamos as outras Mães. A audiência teve início antes que elas chegassem, e por isso Luzia me pediu para entrar no local enquanto ela esperaria a chegada das outras integrantes, para que assim não perdêssemos nada da audiência. Me dirigi ao local, e ao entrar, os seguranças na porta me perguntaram se eu era a favor ou contra a linguagem neutra. Um pouco sem saber o motivo da pergunta e se deveria responder, indaguei se era obrigada a declarar, ao que eles disseram que haviam separado o local entre aqueles que eram contra o uso da linguagem – e, portanto, a favor do projeto de lei a ser votado – e aqueles a favor da linguagem e contrários ao PL. Eu disse, então, que era a favor do uso

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/2024/5/15/proibicao-da-linguagem-neutra-em-belo-horizonte-chega-ao-stf>

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/13/linguagem-neutra-barrada-pelo-stf-lei-que-proibe-o-uso-de-linguagem-neutra-existe-em-3-estados-e-2-capitais.ghtml>

da linguagem, e eles me indicaram o lado destinado a tal grupo<sup>6</sup>. O local em que entrei dava para uma sala ampla, em que abaixo de onde eu estava ficavam as/os vereadoras/es e demais funcionários/as da Câmara, enquanto em cima ficavam cadeiras destinadas ao público externo.

Do outro lado da sala, já estavam presentes várias pessoas contrárias à linguagem neutra, com faixas amarradas no corrimão do local, em que se liam mensagens como "a linguagem neutra é excludente e totalitária", "não existe linguagem neutra, existe língua portuguesa" e "ideologia de gênero nas escolas não! Respeitem nossas crianças e nossas famílias". Não cheguei a contar o número de presentes, mas, nesse momento, eles já somavam um grande grupo. Além das faixas, muitos estavam vestidos com roupas verdes e amarelas, em referência à bandeira do Brasil, e uma mulher vestia uma blusa em que se lia "Mães Direitas<sup>7</sup>". Fui a primeira pessoa do lado a favor da linguagem a chegar. Me senti sozinha, já sentindo um claro desconforto de ver tantas pessoas do outro lado. A audiência já havia se iniciado, sendo este primeiro momento destinado a falas iniciais de vereadoras/es presentes. Aos poucos, algumas pessoas começaram a ocupar o espaço em que eu me encontrava. Cerca de cinco Mães chegaram algum tempo depois. Nos sentamos juntas, e, nesse momento, o clima do local ainda estava relativamente calmo. Contudo, ao longo da manhã, uma tensão foi se acumulando, e ambos os lados começaram a se manifestar de forma mais intensa durante as falas das/dos vereadoras/es. O lado dos favoráveis ao projeto ficou cheio. Além das faixas já mencionadas, eles traziam folhas com mensagens como "linguagem neutra não" e "ideologia de gênero não". Quando ainda éramos poucas do nosso lado, vários deles passaram a levantar as folhas em nossa direção,

---

<sup>6</sup> Ainda que não seja a discussão central desse texto, esse foi um momento especialmente interessante de minha pesquisa para colocar em xeque noções de neutralidade e impessoalidade, visto que foi um contexto em que eu não simplesmente optei por me posicionar, mas fui convocada pelo campo a ter um posicionamento em relação ao que pesquisava. Como discuti em minha dissertação, esses eram momentos em que se demarcava com maior intensidade o borramento e entrecruzamento de minhas posições enquanto pesquisadora, enquanto parte da comunidade LGBTQIA+ e enquanto pessoa alinhada às lutas por direitos sexuais e de gênero.

<sup>7</sup> Posteriormente procurei tal nome na *internet*, tendo descoberto que se referia a um “movimento nacional de mães unidas em defesa da família, da vida e da liberdade”. Segundo uma postagem de seu *Instagram*, o grupo foi formado em 2020, “a partir da necessidade de compartilhar as dificuldades, e juntas buscarmos soluções para o dia a dia, especialmente na criação dos filhos”, na medida em que são as mães “as âncoras das famílias”. Suas formas de atuação envolvem “acolhimentos de mães em situações de dificuldade com a educação dos filhos [...]” e a promoção de “encontros *online* e presenciais, para ampliar o conhecimento”, dentre outras questões. Destaco tal grupo pela similaridade entre as categorias mobilizadas em seu escopo e as das Mães pela Liberdade, assim como o destaque à importância da maternidade e mesmo da liberdade. Me parece interessante o modo como tais noções são instrumentalizadas por movimentos e sujeitos opostos em termos de posicionamento político, demonstrando que categorias como maternidade e liberdade estão sob constante disputa, sendo passíveis de serem cooptadas por grupos com concepções completamente diferentes sobre elas.

percebendo meus olhares e provavelmente de outras presentes. Ao longo da manhã, se juntaram a nós pessoas de movimentos feministas e LGBTQIA+ da capital mineira, vestidas/os/es com blusas de coletivos e trazendo bandeiras de movimentos e grupos.

A manhã se desenrolou com pronunciamentos de uma série de vereadores/as, que justificavam seu posicionamento em relação ao projeto e argumentavam com aqueles/as de opiniões opostas. A seguir, exponho alguns dos principais pontos levantados, separando-os entre aqueles contrários e aqueles favoráveis ao projeto. Ainda que tais falas não tenham se dado em blocos de favoráveis x contrários, optei por organizá-las dessa forma para um melhor entendimento. Além disso, ao longo do relato, pontuei algumas das conversas entre as Mães presentes, que reagiam entre si ao que era dito pelos/as vereadores/as e, em alguns momentos, respondiam em direção a eles/elas.

As/os contrárias/os ao PL eram majoritariamente afiliadas/os ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e as/os favoráveis pertenciam a uma série de partidos, dentre eles UNIÃO, NOVO, Partido Progressista (PP), Partido Social Democrático (PSD), dentre outros. Aquelas/es que se colocavam contrariamente apresentavam discursos que tinham como uma das questões centrais a sua inconstitucionalidade. Como destacado em suas falas, o STF já havia declarado projetos similares inconstitucionais, o que significava que a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte não tinha poder e jurisprudência para aprovar algo assim. Esse ponto foi levantado várias vezes, inclusive pelas Mães, que entre si destacavam que aquela audiência era um gasto de dinheiro público, visto que mesmo sendo aprovado, seria posteriormente derrubado pelo STF. Nas falas das/os vereadoras/es contrárias/os ao projeto, o que me parecia ser argumentado é que, se ele era inconstitucional, a motivação para sua proposição e possível aprovação era moral, e essa moralidade era excludente e violenta com pessoas trans. Uma das vereadoras comentou sobre o aumento de violências nas escolas do Brasil, materializadas nos ataques e ameaças em escolas que vinham acontecendo no início de 2023, apontando que a aprovação de tal PL era a manifestação de mais uma forma de violência, na medida em que era interpretada por ela como uma forma de exclusão e desrespeito àquelas/es/us que reivindicavam o uso da linguagem neutra. Enquanto elas/eles falavam, muitas vezes o público favorável à aprovação levantava seus cartazes e puxava palavras de ordem como "Pode chorar, linguagem neutra não entra em BH".

Ainda nos discursos contrários, foi apontada a “falácia” de se dizer que as escolas ensinavam a linguagem neutra. Argumentava-se, nesse sentido, que pessoas favoráveis ao seu uso só estavam pleiteando a possibilidade de utilizá-la, e que normalmente ela aparecia nas escolas como uma demanda da comunidade, especialmente de alunes trans e familiares, que demandavam que os filhos fossem tratados com pronomes alinhados à sua identidade de gênero. Alguns discursos também apontavam para a fluidez da língua portuguesa, e que o argumento de que não existe “todes”, por exemplo, ignorava a mobilidade da língua e sua constante mudança. Um vereador citou outras mudanças, como o fato de não usarmos mais *Vosmecê*, pois a língua é também da ordem da oralidade e principalmente da mudança, tendo acrescentado como nas redes sociais utilizamos formas de linguagem que não estão de acordo com a norma culta, como por exemplo o “vc” em substituição a “você”, e que ninguém tentava proibir tais usos. Segundo seu argumento, a tentativa de proibir outras formas de linguagem, como a neutra, deixava implícito o viés moral por trás da questão. Também foi dito que a linguagem neutra é uma forma de resistência por parte de pessoas trans, e que o PL era um “ataque à liberdade e à transformação nas escolas”.

Os/as vereadores/as favoráveis ao projeto apresentaram discursos com a presença da ideia de “proteger crianças da ideologia de gênero”. Em suas considerações, um deles afirmou que eles estavam ali para “proteger as gerações futuras e as famílias”. Tais colocações foram firmemente respondidas pelo outro lado, tendo um vereador replicado que “quem cuida da próxima geração não são vocês, nós cuidamos da próxima geração pra ela ser livre e ser o que quiser”. Renata, uma mãe de aproximadamente cinquenta anos, branca, mãe de um filho gay e antiga presidenta do Mães pela Liberdade, respondeu em direção aos/as vereadores/as que *LGBT têm família também*. Dentre os argumentos favoráveis à proibição da linguagem neutra, foi pontuado, ainda, que o papel das escolas era o de ensinar o bom português, e não tal modalidade de linguagem, e que seu uso nas escolas era uma forma de exclusão. Tal fala buscava destacar a incoerência “da esquerda” ao demandar a inclusão, mas não respeitar a vontade de familiares e demais pessoas contrárias a essa linguagem. Em muitos momentos, eu tinha a impressão de que o que faziam era mobilizar falas sobre respeito e inclusão, normalmente defendidas por setores que naquele plano eram colocados como “da esquerda”, para utilizá-las em colocações opostas ao que essa mesma “esquerda” defendia. Havia, nesse sentido, o acionamento de estratégias argumentativas muito similares entre ambos os lados, mas que se

materializavam em direções opostas. Respeito e inclusão, por exemplo, apareciam tanto em discursos dos favoráveis ao PL quanto dos contrários; o que se modificava era aquilo pelo qual demandavam tais categorias.

Muito foi dito sobre tal linguagem ser uma forma de desrespeito. Uma fala marcante foi a de que o projeto não era preconceituoso, na medida em que "não se trata de preconceito, e sim de defender princípios", os quais "são irrevogáveis", ainda que "a esquerda" tentasse "destruí-los". A religião também foi evocada, a partir da afirmação de que eram cristãos e tinham seus princípios desrespeitados pela "ideologia de gênero". Essa autodeclaração religiosa era mobilizada em contraposição à "esquerda", apontada como não cristã e desrespeitosa ao cristianismo. Tal fala foi rebatida tanto por vereadores contrários ao projeto, que pontuaram também serem cristãos, e que isso não lhes impedia de apoiar pessoas LGBTQIA+, como por uma Mãe, que disse ser cristã, respondendo em direção ao vereador "quem é você para dizer que eu não sou cristã?".

Com o avançar da manhã, a tensão entre vereadores/as e entre o público foi se acumulando, chegando ao ponto de algumas pessoas contrárias ao projeto serem retiradas do local pelos seguranças. Vereadoras/es de ambos os lados intercalavam as falas, respondendo os dizeres uns dos outros. A plateia também se engajava com o contexto, aplaudindo falas que concordavam e vaiando ou discordando enfaticamente daqueles que se colocavam em uma posição distinta da sua. Uma das vereadoras do PSOL citou, em certo momento, a presença das Mães, dizendo "temos aqui hoje mães de pessoas LGBT, de pessoas trans, e é por elas [pessoas LGBTQIA+] que lutamos", acrescentando que "quem ensina as crianças a odiarem LGBT são as famílias". Mais ao final da audiência, as Mães e os outros presentes contrários ao PL passaram a se virar quando vereadoras/es favoráveis iriam falar, colocando à frente as bandeiras que haviam levado, dentre elas a bandeira trans, da comunidade não binária e de um dos coletivos feministas presentes. Pessoas de movimentos feministas e LGBTQIA+ passaram a proferir palavras de ordem durante as falas de vereadores/as favoráveis ao projeto, especialmente a de que "pessoas trans existem". Depois de uma das muitas vezes em que tais palavras foram ditas, uma das pessoas da plateia favoráveis ao PL respondeu de forma irônica, dizendo algo como "nós sabemos disso, ninguém está dizendo que não existem".

O Projeto foi votado por volta das onze horas da manhã, tendo sido aprovado com 32 votos a favor e 6 contra. O público favorável aplaudiu em comemoração. Entre as Mães, a conversa foi no tom consternado de que sabiam que o PL seria aprovado, mas

que isso não era assim tão desesperador, tendo em vista que ele seria posteriormente derrubado pelo STF, assim como havia ocorrido em outros lugares. Ao fim da audiência, nos direcionamos para fora do local, trocamos mais algumas palavras e avaliações da manhã. Me despedi algum tempo depois das Mães presentes, tendo ido embora com a mente tomada por todos os acontecimentos e falas proferidas. Essa manhã ficou registrada em minha memória como um dos campos mais marcantes que realizei durante o mestrado. Foi um desses momentos em que testemunhei a operacionalização de falas e visões de que tratavam muitos dos textos que li ao longo dos últimos anos. Foi, também, um momento que me pareceu condensar parte dos argumentos que teci ao longo de minha dissertação, especialmente no que diz respeito à disputa de direitos, visões, moralidades e categorias no atual cenário de políticas sexuais brasileiro e no qual têm se inserido as Mães pela Liberdade.

Nas falas reproduzidas, temos presentes discursos de intenso teor moral, em que a família e as crianças compareciam como ameaçadas pela “ideologia de gênero” e pelas próprias pessoas LGBTQIA+, especialmente pessoas trans. Toda a discussão em torno da linguagem neutra por parte daqueles contrários ao seu uso me parecia dizer, ainda que a partir do não dito, que o que eles buscavam combater e o que interpretavam como ameaça eram as próprias pessoas trans, muito mais do que a linguagem em si. Religião, família, infância, as mais sagradas instituições sociais eram mobilizadas em torno de um mesmo argumento, que era o de que a diversidade sexual e de gênero ameaçava destruir princípios, liberdades, famílias e as novas gerações.

Analiticamente, o que me chamou a atenção foi buscar perceber os mecanismos argumentativos utilizados por cada um dos lados da disputa. A própria noção de “lados” é relevante, na medida em que era assim colocado pelas pessoas presentes, especialmente a partir da distinção entre “a esquerda” e “a direita”. Ainda que tais categorias não sejam suficientes para compreendermos o contexto político em que estamos inseridas/os, e nem mesmo sejam completamente precisas em termos de uma correspondência total entre esquerda e defesa de pautas LGBTQIA+ *versus* direita, conservadorismo e ataques a direitos sexuais, elas eram a forma de classificação utilizadas naquele momento, não apenas para darem sentido ao que se desenrolava, mas como uma forma de criar/reforçar a distinção entre um “nós” e um “eles”.

Entre aqueles contrários ao projeto, uma primeira estratégia era a de argumentar a partir de questões talvez mais técnicas, como a de sua inconstitucionalidade. Havia,

também, a mobilização de argumentos mais emocionalistas, em que se destacava a dimensão da violência como forma de explicar o motivo de o projeto não poder ser aprovado, especialmente a violência simbólica da qual é carregada a comunicação. A linguagem neutra era colocada, assim, como uma ferramenta para a mitigação de violências sofridas por pessoas trans. A família também compareceu como importante categoria. Se, de uma perspectiva, a linguagem neutra ameaçava destruí-la; de outra, familiares eram citados como pleiteantes do direito de seu uso. As próprias Mães pela Liberdade foram acionadas a partir de fala que buscava reiterar que famílias também demandavam o uso da linguagem e que defendiam pessoas LGBTQIA+. Entre os favoráveis ao PL, emoções e moralidades compareciam a partir da reiteração do perigo a que estavam submetidas instituições basilares da sociedade, e da necessidade de agir frente a isso. Argumentos mais técnicos também eram mobilizados, como o de que era papel da escola ensinar “o bom português”, remetendo a uma noção de neutralidade do ensino.

Algumas categorias, como inclusão, respeito e liberdade, eram acionadas por ambos os lados, que pontuavam ser a sua posição aquela mais inclusiva, em contraponto aos opositores, acusados de defenderem posicionamentos excludentes e que cerceavam a liberdade alheia. Em meio a tudo isso, as Mães se inseriam na disputa, contrapondo-se ao projeto, às falas de vereadoras/es favoráveis e à própria noção de que a linguagem neutra e as pessoas LGBTQIA+ eram incompatíveis com a família. Sua presença demonstrava, de certa forma, que a demanda pelo direito à livre afirmação de gênero e sexualidade também poderia ser uma demanda e política de família.

Aquela manhã vivenciada na presença das Mães demonstrou, de alguma forma, a força evocativa de suas figuras maternas, tendo sido mobilizada não apenas por elas, mas também por uma vereadora, que as acionou em um de seus argumentos. Sua presença ali parecia demarcar o fato de que, afinal, pessoas LGBTQIA+ têm famílias, e que essas famílias por vezes se juntam a elas/eles/elus em suas demandas. Contudo, demonstrou, também, os limites dessa legitimidade materna e dos efeitos que elas são capazes de criar na cena pública. Ainda que repercussões sejam alcançadas e que posições contrárias a demandas LGBTQIA+ sejam tensionadas, elas nem sempre implicam no êxito de suas reivindicações, por exemplo a rejeição do projeto de lei em questão.

Talvez essa seja uma forma um pouco pessimista de finalizar. Para balancear essa percepção, destaco que esse também foi um momento de percepção sobre como as

disputas permanecem, se renovam e são integradas por novos argumentos. As reações são respondidas por outras reações, que são também rebatidas, em um complexo quadro social de disputas pelo que é moralmente, emocionalmente e politicamente construído enquanto aceitável. As famílias em perigo são contrapostas pelas famílias múltiplas defendidas pelas Mães. Esse amplo tecido social é atravessado por linhas de diferentes cores e espessuras. A metáfora de Adriana Vianna e Maria Elvira Benítez (2016) de tais disputas como um ringue de boxe, em que golpes e contragolpes são desferidos em uma luta contínua e marcada por diferentes estratégias narrativas e políticas, nos permite uma visão menos calcada na ideia de que estamos sempre perdendo, tornando possível a articulação em torno do próximo movimento a ser desferido.

### **Referências Bibliográficas**

BATISTA, Maria Alice Magalhães. *“De dentro para fora” de “de fora para dentro”*: saída do armário, militância materna e transformações entre integrantes do coletivo Mães pela Liberdade. Monografia (graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

\_\_\_\_\_. *“Quando o amor transborda e se transforma em ação”*: atuação política e emoções entre as Mães pela Liberdade. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

VIANNA, Adriana, & BENÍTEZ, Maria Elvira. Gênero e sexualidade: estamos no canto do ringue?. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 25(25), 2017, 36-41.